

EDI
TO
RIAL

Contra a paralisia das direções, reerguer a luta pela permanência e contratações!

A ameaça de grades e expulsão de 300 moradores do Crusp permanece. As direções do movimento estudantil mergulharam de cabeça no eleitoralismo e abandonaram a luta contra os ataques privatistas da reitoria e do governo. As férias se aproximam, e com elas ocorre um esvaziamento da USP, que cria um terreno favorável para medidas autoritárias da reitoria. A burocracia universitária pode instalar as grades nas férias, e fechar as portas ao retorno de mais de 300 estudantes moradores.

O ano de 2024 foi uma contraprova da derrota da greve de 2023, causada pela subordinação das direções estudantis (DCE e CAs) aos pla-

nos de contratações da reitoria. Logo no início do ano, foi possível verificar que foram contratados apenas UM professor por unidade e, nas grandes unidades, DOIS. Nem a metade das contratações imediatas acordadas entre reitoria e direções estudantis foi efetivada. 2024 está no fim, e as contratações seguirão o calendário fixado pela burocracia universitária. Ou seja, os cursos continuam padecendo da falta de professores, especialmente aqueles em piores condições.

As direções estudantis, ainda atormentadas pela derrota eleitoral municipal, concentram-se em tentar sua reorganização para preservar o controle das organizações estudantis, ainda que

sob desconfiança ou repúdio dos estudantes. Desarmam o movimento para enfrentar as medidas reacionárias (de “extrema-direita”) que vão sendo impostas pela reitoria e governo. Dão assim sua parcela de contribuição para o fortalecimento das medidas cavernárias, tais como o processo de expulsão contra 5 estudantes, por se terem pronunciado contra o genocídio sionista sobre os palestinos em Gaza.

Os estudantes podem mudar esse quadro radicalmente, se se unificarem ao redor das reivindicações que correspondem às suas necessidades mais imediatas e enfrentarem a burocracia universitária com a mobilização e a busca da unidade com os assalariados. ■

A reforma do bloco D expõe irregularidades e falta de transparência

O bloco D do CRUSP foi fechado no segundo semestre de 2021, sob o pretexto de uma “reforma” que deveria durar um ano. Na ocasião, uma grande parcela de estudantes teve de deixar o CRUSP, e uma outra parcela se deslocou para apartamentos vagos em outros blocos, de modo que, na prática, o número de vagas de moradia se reduziu, no equivalente a quase dois blocos (o D, mais as vagas ocupadas pelos estudantes que saíram do D).

A reforma já caminha para completar seu terceiro ano, e as irregularidades referentes a seu orçamento apareceram. No meio deste ano, a construtora que era responsável pela reforma foi substituída por outra, a “M&G Empreendimentos”. Mas, a placa posta em frente à obra do bloco D alega que o seu início foi firmado em 1º de julho de 2024, com previsão para terminar em 27/12, e que o valor do contrato

é agora de R\$ 6.541.768,51. Chama atenção o fato de que esse valor é muito superior ao inicialmente orçado, de R\$ 4,7 milhões, para a obra que deveria durar apenas um ano.

A reitoria não dá explicações sobre o aumento de quase 140% no valor da obra, que já deveria ter sido finalizada há dois anos. A cada dia que passa, fica nítido que a reforma do bloco D, imposta arbitrariamente pela reitoria, não teve como objetivo atender as necessidades dos estudantes. Na verdade, esteve subordinada a interesses privatistas, fazendo uso dos recursos da universidade para fins inconfessáveis.

A (não) reforma do bloco D pela reitoria prova a necessidade do controle estudantil sobre a reforma e a moradia, a fim de garantir que de fato atendam às necessidades dos moradores, sem implicar em despejos e redução de vagas.

Reitoria da USP persegue estudantes antissionistas: AS MESMAS MEDIDAS DE REPRESSÃO PODEM SER UTILIZADAS CONTRA OS QUE LUTAM EM DEFESA DA MORADIA!

Cinco estudantes se encontram sob risco de jubilamento, mediante um processo disciplinar baseado em um regimento de 1972, datado do regime militar, que prevê a expulsão daqueles que atentarem contra a “moral e os bons costumes”. O dito “ato atentatório” cometido pelos cinco estudantes ocorreu em novembro de 2023, quando se pronunciaram em defesa da causa palestina, denunciando Israel como um

estado sionista que promove o genocídio.

Com esse ataque, a reitoria dá início a uma nova fase de repressão contra aqueles que compõem o movimento estudantil, recorrendo ao desligamento sumário da universidade.

Nesse quadro, as entidades estudantis e sindicais da USP devem, o quanto antes, organizar um movimento para exigir o fim da perseguição política dos 5 estudantes pela reitoria.

Congresso da Geografia: o fim da independência do CEGE; sua submissão ao governismo e ao projeto privatista de universidade, a imposição do tecnicismo e das Empresas Juniores, defendido pela JCA/PCBR

O esvaziado Congresso da Geografia contou com 40 discentes da Geografia em sua plenária, que, diferentemente de outros eventos do congresso, não foi publicada no Instagram do CEGE. O congresso serviu tanto de palco para defesa do panfleto-programa da gestão “Canto Geral” (JCA/UJC e independentes), quanto de instrumento para a aprovação do projeto de universidade defendido pela JCA, e até de partes do confuso e contraditório programa da gestão “Canto Geral” (JCA/UJC e independentes) no estatuto do CEGE.

Um exemplo disso é a inclusão da defesa de uma Universidade Popular subordinada à atual estrutura de poder na USP. O Movimento Estudantil aprovou em assembleias, com milhares de estudantes, a forma de governo universitário de Governo Tripartite. Bandeira que foi defendida pelo movimento estudantil da USP na Greve de 2013. Essa decisão do Congresso ultraminoritário coloca o CEGE estatutariamente em oposição ao governo tripartite.

Também foi votado que a prestação de contas não precisará mais ser aprovada em assembleia. Será apenas publicada nos meios em que a própria gestão julgar mais efetivos, nos meios que lhes forem mais convenientes, e não nos delimitados pelo estatuto e que facilitem a sua publicação aos discentes dos cursos de Geografia da USP.

Os congressos da Geografia deixam de ser convocados exclusivamente pela Assembleia de Curso com uma periodicidade mínima de 2 anos e máxima de três anos, para agora serem convocados com periodicidade INDETERMINADA pela diretoria do CEGE ou mediante a assinatura de 10% dos estudantes matriculados exigindo a convocação do congresso, que posteriormente deverá ser aprovado em assembleia, cujos quóruns variam entre 5% a 3% dos estudantes matriculados, a depender se é a primeira ou segunda vez que é chamada a Assembleia. Isso significa que para qualquer estudante, que não seja parte da diretoria do CEGE, tentar aprovar a realização de um Congresso da Geografia, será necessária a coleta de, no mínimo, o dobro do quórum da Assembleia em assinaturas de estudantes.

A parte que mais afetará diretamente os estudantes foi a da aprovação das teses de um curso de Geografia voltado supostamente às necessidades do mercado, em oposição ao seu desenvolvimento científico e crítico. Um curso adaptado ao mercado e à falta de estrutura e professores é exatamente o que a reitoria e o governo desejam. A aprovada criação em uma empresa júnior corresponde a esses interesses reacionários.

As posições reacionárias e oportunistas defendidas pela JCA no Congresso da Geografia contaram ora com

O burocratismo penetra suas raízes no Estatuto do CAELL

A gestão Balalaica do CAELL (Rebeldia/PSTU e independentes) convocou um congresso para decidir, principalmente, alterações estatutárias. O Congresso de Estudantes de Letras foi convocado às pressas, já neste fim de semestre, quando os estudantes se veem ocupados em meio a provas e trabalhos, e a votação das resoluções ficou para um sábado. O resultado disso não poderia ser outro, senão seu esvaziamento: o número de estudantes que participaram presencialmente das mesas de debate, de 4/11 a 8/11, oscilou entre 20 e 30 e, mesmo no dia da plenária final (9/11), havia apenas cerca de 50 estudantes presencialmente e outros 50 online, o que não corresponde sequer a 3% de todo o curso. Isso significa um Congresso sem a legitimidade necessária para aprovar mudanças estatutárias, organização e um programa de reivindicações.

O foco do Congresso foram as alterações no Estatuto do CAELL. Faísca e Já Basta! propunham o modelo de gestão proporcional, que não foi aprovado. Com apoio destas duas correntes, o Rebeldia(PSTU) propôs e aprovou o “ParticipaLetras”, um modelo de gestão em que a Diretoria Executiva passa a realizar reuniões deliberativas (“Fórum da Letras”) em conjunto com as Comissões de Habilitação, a Comissão de Calouros, os coletivos anti-opressão e os Representantes Discentes (RDs) – estes últimos, cargos criados durante a ditadura militar e hoje sob controle da direção da FFLCH. Na prática, essa proposta dilui o CAELL nessas instâncias. Essa proposta surge num momento de desgaste da gestão entre estudantes. Com a aprovação do “ParticipaLetras”, o Rebeldia/PSTU, mesmo que não seja eleito para a direção do CAELL, continuará a gerir a entidade, por meio do “Fórum da Letras”, com seus RDs e representantes de comissões e coletivos. O que significa permanecer na direção, independentemente da vontade dos estudantes.

A partir desse congresso, o burocratismo e aparelhismo no curso de Letras atinge um novo nível, que exige da massa dos estudantes um grau de mobilização e radicalização ainda maior, capaz de retomar a luta pelas condições do curso, permanência, contratações e contra o privatismo.

colaboração, ora com vacilação, de outras correntes, como o Já Basta/SOB. A defesa da Universidade Pública e Gratuita com direito a Permanência, e o combate aos avanços da privatização na USP só podem dar-se verdadeiramente mediante a intransigente defesa das reivindicações, por meio da Democracia Estudantil, da Independência de classe, da Unidade na Luta e dos métodos da luta de classes. ■



Para participar ou ter acesso a outras publicações da Frente de Luta por Permanência e Contra o Privatismo **entre em contato:** frentelutausp@proton.me ou acesse nosso drive

